

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2019**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIASFOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

A recuperação da economia alcançada após o fim de um longo período de recessão trouxe um viés positivo para o setor produtivo brasileiro. Mesmo que o índice de crescimento do PIB tenha sido pequeno, isso tem sinalizado como boa perspectiva para os próximos anos. As reduções sucessivas na taxa de juros soberana, a austeridade fiscal implementada e a manutenção da liberdade cambial demonstraram que a política econômica atual favorece a liberdade de mercado e atua como estímulo ao capital produtivo, o que refletirá no aumento da riqueza.

A GOIASFOMENTO vem ampliando suas atividades, prospectando novas fontes de recursos cumprindo sua função como instrumento de fomento das atividades produtivas, como foco na microempresa e empresas de pequeno porte, visando, principalmente a geração de emprego e renda. Juntamente com a jurisdicante, vem executando políticas públicas de fomento às atividades geradoras de riqueza estimulando o investimento privado, em especial, nas atividades de microcrédito.

**1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO**

As políticas e ações mitigadoras de riscos e contenção de gastos que vêm sendo implementadas, tem proporcionado resultados positivos sucessivos, refletindo no aumento do volume de recuperação de crédito, redução do saldo da carteira em **default**, e boa lucratividade. Com isso, o lucro líquido alcançado em 2019 foi **24%** maior em relação ao obtido em 2018, demonstrado no balanço patrimonial.

O saldo da provisão para devedores duvidosos variou de **R\$ 4,7 em 31/12/2018 para R\$ 6,3 milhões em 31/12/2019**. Por outro lado, o saldo da carteira de crédito passou de **R\$ 106,7 para R\$ 99,0** no final do último exercício.

Os ativos totais tiveram variação de **1%** quando comparado com o exercício anterior, saindo de **R\$ 241,2 milhões para R\$ 243,6 milhões** ficando **R\$ 2,4 milhões maior**. Da mesma forma, patrimônio líquido passou de **R\$ 185,2 para R\$ 189,9** aumento de **4,7%**.

Os desembolsos com recursos próprios da GOIASFOMENTO somaram **R\$ 31,6 milhões em 804 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos nesse semestre**. Não houve desembolsos nas operações de repasses do FCO, BNDES e FINEP. Em relação ao mesmo período do ano anterior o volume de desembolsos foram **12%** menores enquanto em número de contratos foi **8%** maior.

O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/FCO/BNDES/FINEP), ao final do exercício de 2019 ficou em **R\$ 99,0 milhões**, sendo **R\$ 7,7 milhões menor** em relação a 31/12/2018, e, por outro lado, o número de contratos ativos aumentou para **2.552 contratos** contra **2.402 em 2018**. Mesmo com aumento dos contratos ativos, a redução no saldo das carteiras ocorreu por causa das amortizações de operações com valores médios superiores aos que foram desembolsados em 2019.

Por outro lado, o saldo de recursos em tesouraria no final de 2018, saiu de **R\$ 91,4 milhões para R\$ 103,7 milhões** reforçando a disponibilidade financeira, advinda dos resultados alcançados nos últimos períodos.

**2. PERSPECTIVAS**

A GOIASFOMENTO vem atuando em conjunto com demais órgãos e instituições governamentais, em especial sua jurisdição, a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços na implementação de diversas ações de impacto econômico e social no Estado de Goiás.

**Programa Goiás Empreendedor**

Após o lançamento do Programa Goiás Empreendedor, a GOIASFOMENTO, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "Goiás Empreendedor" do Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira. De acordo com o Diretor-Presidente da GOIASFOMENTO, "o programa alcançará todo o Estado, atendendo quem deseja empreender e gerar empregos e renda".

Os atendimentos realizados pelo GOIASFOMENTO foram ampliados com o programa ultrapassando os oito mil no exercício. O GOIAS Empreendedor tem o objetivo de induzir e fomentar a abertura de novos negócios e ampliação de empresas em todo estado de Goiás e a previsão é de injetar cerca de **R\$ 500 milhões** nas empresas goianas, nos próximos três anos.

**Caravana do Empreendedor**

A Caravana do Empreendedor tem como objetivo a promoção de palestras, oficinas, rodadas de negócios e oportunidades de crédito com taxas subsidiadas, é uma iniciativa do Governo de Goiás e importantes parceiros que fazendo com essas ações chegam ao interior do Estado.

Nos eventos são apresentadas as linhas de crédito da GOIASFOMENTO no âmbito do programa com esclarecimentos sobre como acessar crédito com juros subsidiados, documentação e o passo a passo para o empreendedor acessar a estes recursos, iniciar e até ampliar seus negócios, além de responder a várias perguntas sobre linhas de crédito e formas de pagamento, formuladas pelo público presente.

**Dia do Empreendedor**

No Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa ou Dia do Empreendedor, representantes da administração pública Estadual que participaram do evento ressaltaram a importância da iniciativa que compõe o programa "Goiás Empreendedor" e lembraram que gerar empregos é o maior programa social do Estado. "A meta é que o cidadão busque sua alternativa e que o dinheiro público seja corretamente aplicado. Emprego resgata a dignidade das pessoas", pontuou o Governador.

Foi firmado um convênio entre o governo de Goiás e a Prefeitura de Rio Verde para a instalação do GOIAS Empreendedor na cidade, com o intuito de possibilitar aos cidadãos o acesso às linhas de crédito do programa, para a geração de emprego e renda na região. Também foi assinado o primeiro contrato do programa Goiás Empreendedor na região, com crédito concedido no valor de aproximadamente **R\$ 15 mil** que será pago em 36 parcelas mensais, a juros de apenas **3%** ao ano. Crédito para empreendedores do turismo.

A GOIASFOMENTO se credenciou junto ao FUNGETUR para operacionalizar financiamentos à empreendimentos turísticos no Estado de Goiás. O contrato administrativo com crédito inicial de mais de **R\$ 15 milhões** para microempresas e empresas de pequeno porte foi assinado entre o fundo e a GOIASFOMENTO. Alinhado ao planejamento governamental, a disponibilização de crédito pela GOIASFOMENTO vem de encontro com o projeto "O Caminho de Cora" e "Caminhos dos Veadeiros" que têm o condão de gerar empregos, o progresso e manter os nativos onde sempre viveram sem a necessidade de ir para cidades distantes em busca de trabalho. Toda cadeia produtiva do turismo ganha com esse grandioso projeto do governo de Goiás podendo contar com o apoio da GOIASFOMENTO.

**Lançamento de linhas de crédito com recursos da Finep**

No segundo semestre de 2019, a GOIASFOMENTO obteve a renovação de sua carta de crédito junto a FINEP com a disponibilização de mais **R\$ 11,9 milhões** em linhas de crédito para micro, pequenas e médias empresas que queiram transformar o seu negócio através da inovação. O convênio é uma parceria do Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (SEDI) e a GOIASFOMENTO, com a Finep, órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC).

O **Finep Inovared 4.0** financia projetos nas áreas de internet das coisas, computação em nuvem, Big Data, segurança digital, manufatura digital, integração de sistemas, robótica avançada e inteligência artificial. O limite de financiamento depende do porte da empresa, podendo ser de **R\$ 150 mil a R\$ 5 milhões**, com prazo de carência de até 24 meses, prazo de amortização (incluindo prazo de carência) de 96 meses, com a participação da Finep variando de 80% a 90%.

Já o programa **Inovared Conecta** tem como objetivo levar o conhecimento gerado nas universidades e instituições científicas tecnológicas e de inovação (ICT) para micro, pequenas e médias empresas para o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, promovendo maior alinhamento dos objetivos da Ciência Nacional às demandas empresariais e incentivando projetos de maior risco tecnológico. O apoio ocorre via financiamento em condições mais atrativas para projetos de inovação com pelo menos 15% de seu conteúdo em parceria com universidades e ICTs.

**Captação de Recursos**

A GOIASFOMENTO vem prospectando diversos potenciais parceiros com o fim de obter recursos de repasses para a GOIASFOMENTO. Além dos já citados anteriormente, está em fase de formalização com a Caixa Econômica Federal o repasse de até **R\$ 200 milhões**, em tranches de **R\$ 20 milhões**, destinados exclusivamente para o microcrédito produtivo orientado até **R\$ 21 mil reais**.

Além de buscar ampliar os repasses por meio das instituições financeiras que é credenciada, está em fase de negociação a obtenção de recursos oriundo de fundos, para diversificação do portfólio de crédito da GOIASFOMENTO.

Todas medidas adotadas visando a ampliação das atividades de fomento, se encontra em perfeita sintonia com os objetivos institucionais, observada a capacidade financeira e operacional da GOIASFOMENTO, priorizando sempre o fomento aos micro e pequenos empreendimentos produtivos, propiciando o emprego dos fatores de produção com reflexos positivos para a economia goiana.

**Agradecimentos**

A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no exercício de 2019, destaca a administração profissional esperada das sociedades empresariais focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores.

Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiania (GO), 27 de março de 2020.

**JOSÉ PAULO FÉLIX DE SOUZA LOUREIRO**  
Presidente do Conselho de Administração

**RIVALE AGUIAR PEREIRA**  
Diretor-Presidente

**FERNANDO FREITAS SILVA**  
Diretor de Operações

**MARIA TEREZINHA DA MOTA BATISTA**  
Diretora Administrativa e Financeira

**BALANÇOS PATRIMONIAIS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em R\$ mil)**

ATIVO	31/12/19	31/12/18
<b>CIRCULANTE</b>	<b>184.973</b>	<b>170.242</b>
DISPONIBILIDADES	31	19
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Carteira Própria (NOTA 4)	103.669	91.427
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	42.581	45.011
Empréstimos Setor Privado	5.586	9.755
Financiamentos Setor Privado	37.076	34.776
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.914	3.058
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(2.995)	(2.378)
OUTROS CRÉDITOS Diversos (NOTA 6)	30.494	28.801
OUTROS VALORES E BENS Outros Valores e Bens (NOTA 7) Provisão para Outros Créditos	8.198 9.271 (1.073)	4.984 5.619 (6.315)
NÃO CIRCULANTE	58.646	70.950
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	54.270	66.630
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	50.143	59.927
Empréstimos Setor Privado	3.030	4.320
Financiamentos Setor Privado	44.187	50.043
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.195	7.912
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(3.269)	(2.348)
OUTROS CRÉDITOS Diversos (NOTA 6)	4.127	6.703
PERMANENTE (NOTA 8)	4.376	4.320
IMÓVEIS DE USO	3.614	3.682
Terenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.867
Depreciações Acumuladas	(675)	(807)
IMOBILIZADO DE USO	523	320
Imobilizado de Uso	1.621	1.434
Depreciações Acumuladas	(1.098)	(1.114)
INTANGÍVEL	239	318
Ativos Intangíveis	394	394
Amortizações Intangíveis	(155)	(76)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>243.619</b>	<b>241.192</b>

PASSIVO	31/12/19	31/12/18
<b>CIRCULANTE</b>	<b>24.908</b>	<b>19.703</b>
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	10.017	10.143
Repasses do País - BNDES	2.555	2.789
Repasses do País - FCO	7.155	7.036
Repasses do País - FINEP	307	318
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 10)	14.891	9.560
Sociais Estatutárias	5.700	1.823
Fiscais e Previdenciárias	1.497	1.062
Doação para Aumento de Capital	7.694	6.675
Diversas	-	-
NÃO CIRCULANTE	218.711	221.489
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	28.770	36.329
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	28.770	36.329
Repasses do País - BNDES	3.321	5.541
Repasses do País - FCO	22.737	29.811
Repasses do País - FINEP	712	977
Repasses do País - FUNGETUR	2.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	189.941	185.160
Capital Social (NOTA 11)	174.970	173.150
Reserva de Lucros	14.971	12.010
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>243.619</b>	<b>241.192</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 (Em R\$ mil)**

DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2019	Exercícios	
		31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Operações</b>			
Lucro Líquido	6.313	8.661	6.977
Despesas de Depreciação e Amortização	107	131	224
Perdas por Desvalorização de Ativos	-	-	(74)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(5.294)	(12.242)	1.462
Operações de Crédito	5.813	12.214	3.940
Outros Créditos	(1.882)	883	(3.364)
Outros Valores e Bens	(2.531)	(3.214)	(2.297)
Outras Obrigações	5.565	5.331	2.830
<b>Caixa Gerado Pelas Atividades Operacionais</b>	<b>8.091</b>	<b>11.764</b>	<b>9.698</b>
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento</b>			
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.972)	(7.685)	(8.930)
Aumento de Capital em Dinheiro	1.820	1.820	1.500
Juros Sobre Capital Próprio Propostos	(5.700)	(5.700)	(1.820)
<b>Caixa (Utilizado) Provenientes das Atividades de Financiamentos</b>	<b>(7.852)</b>	<b>(11.565)</b>	<b>(9.250)</b>
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos</b>			
Imobilização de Uso	(238)	(187)	(62)
Baixa do Diferido	-	-	-
Baixa do Intangível	-	-	(394)
<b>Caixa (Utilizado) Provenientes das Atividades de Investimentos</b>	<b>(238)</b>	<b>(187)</b>	<b>(456)</b>
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>			
Início do Período	30	12	(8)
Fim do Período	31	31	19
<b>Redução de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>(8)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 E DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em R\$ mil)**

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre de 2019	EXERCÍCIOS	
		31/12/2019	31/12/2018
<b>RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.932</b>	<b>14.872</b>	<b>17.175</b>
Operações de Crédito	4.245	9.220	11.495
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	2.687	5.652	5.680
<b>DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.705)</b>	<b>(3.850)</b>	<b>(5.291)</b>
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.679)	(3.760)	(5.204)
Provisão p/ Desvalorização	(26)	(90)	(87)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.227</b>	<b>11.022</b>	<b>11.884</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>1.615</b>	<b>1.703</b>	<b>(553)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 13)	8.056	15.412	12.495
Despesas de Pessoal (Nota 12)	(10.730)	(19.791)	(17.756)
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(3.938)	(7.101)	(6.738)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(18)	(150)	(71)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	10.676	18.018	16.297
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(2.431)	(4.685)	(4.700)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>6.842</b>	<b>12.725</b>	<b>11.331</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(155)</b>	<b>(454)</b>	<b>(119)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>6.687</b>	<b>12.271</b>	<b>11.212</b>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>(374)</b>	<b>(3.610)</b>	<b>(4.235)</b>
Imposto de Renda	(638)	(637)	(7)
Contribuição Social	(397)	(397)	(7)
Diferenças Temporárias - Imposto de Renda (NOTA 14)	413	(1.144)	(2.345)
Diferenças Temporárias - Contribuição Social (NOTA 14)	248	(1.432)	(1.876)
<b>LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>	<b>6.313</b>	<b>8.661</b>	<b>6.977</b>
<b>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.820)</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO - R\$ 1,00</b>	<b>0,0379</b>	<b>0,0455</b>	<b>0,04550</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em R\$ mil)**

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	EXAN-SÃO	INCENTIVOS FISCAIS		
<b>SALDO EM 30/06/2019</b>	<b>173.150</b>	<b>-</b>	<b>3.687</b>	<b>7.096</b>	<b>3.575</b>	<b>-</b>	<b>187.508</b>
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	6.313	6.313
Transferência para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	(315)	(315)
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	(298)	(298)
Reserva Legal	-	-	315	-	-	-	315
Reserva para Expansão	-	-	-	298	-	-	298
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(5.700)	(5.700)
<b>SALDO EM 31/12/2019</b>	<b>173.150</b>	<b>-</b>	<b>4.002</b>	<b>7.394</b>	<b>3.575</b>	<b>-</b>	<b>188.121</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>315</b>	<b>298</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>613</b>
<b>SALDO EM 31/12/2017</b>	<b>165.975</b>	<b>-</b>	<b>3.221</b>	<b>5.732</b>	<b>3.575</b>	<b>-</b>	<b>178.503</b>
Aumento de Capital	5.675	1.500	-	(5.675)	-	-	1.500
Transferência p/ Aum. de Capital	1.500	(1.500)	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	6.977	6.977
Reserva Legal	-	-	349	-	-	(349)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	4.808	-	(4.808)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.820)	(1.820)
<b>SALDO EM 31/12/2018</b>	<b>173.150</b>	<b>-</b>	<b>3.570</b>	<b>4.865</b>	<b>3.575</b>	<b>-</b>	<b>185.160</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.175</b>	<b>-</b>	<b>349</b>	<b>(867)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.657</b>
<b>SALDO EM 31/12/2018</b>	<b>173.15</b>						

**NOTA 7 – OUTROS VALORES E BENS****a) Bens Não de Uso Próprio e Bens Não de Uso Próprio em Regime Especial**

Descrições	Município	31/12/19	31/12/18
<b>Bens Não de Uso Próprio</b>			
Chácara c/ residência	Três Ranchos/GO	-	576
Casa residencial	Iaciara/GO	-	30
Galpão e um barracão	Trindade/GO	7	7
Lote urbano	Itaguari/GO	22	22
Casa residencial	Aragarcas/GO	30	30
Sobrado residencial	Luziânia/GO	670	670
Lote suburbano	Luziânia/GO	65	65
Lote urbano	Senador Canedo/GO	90	90
Lote urbano	Rio Quente/GO	40	40
Lote urbano	Rio Quente/GO	40	40
Casa residencial geminada	Goiania/GO	130	130
Casa residencial geminada	Goiania/GO	125	125
Casa residencial	Sta Helena de GO/GO	70	70
Casa residencial	Maurilândia/GO	90	90
Dois lotes urbanos	Morrinhos/GO	211	211
Prédio Comercial	Rio Verde/GO	250	250
Lote Urbano	Iporá/GO	35	35
Lote Urbano	Trindade/GO	195	195
Galpão Comercial	Ap. de Goiânia/GO	500	500
Lote urbano	Uruana	130	-
Sobrado	Edéia	100	-
Sobrado	Edéia	105	-
Lote Urbano	Itaguari	105	-
Lote Urbano	Itaguari	60	-
Lote Urbano	Aragoiânia	30	-
Casa residencial	Goiania	500	-
Apartamento	Goiania	240	-
Lote Urbano	Alexânia	75	-
Prédio Comercial	Aparecida de Goiânia	1.500	-
Casa residencial	Goianira	360	-
Lote Urbano	Bom Jesus	25	-
Lote Urbano	Mundo Novo	200	-
Lotes Urbano	Aparecida de Goiânia	338	-
Lote Urbano	Goiania	576	-
<b>Subtotal</b>		<b>6.914</b>	<b>3.177</b>
<b>Bens em Regime Especial</b>			
Gleba de terras – 25 alqueires	Posse/GO	50	50
Sobrado de 4 suítes	Ipameri/GO	77	77
Casa residencial	Cidade de Goiás/ GO	25	25
Casa residencial	Rubiataba/GO	70	70
Casa residencial	Goiatuba/GO	35	35
Lote urbano	Ap. Goiânia/GO	60	60
Sobrado zona urbana	TRÊS RANCHOS	576	-
Casa Residencial	IACIARA	30	-
<b>Subtotal</b>		<b>923</b>	<b>317</b>
<b>Provisão</b>			
Provisão Geral		(1.073)	(635)
<b>Totais</b>		<b>6.764</b>	<b>2.859</b>

Há previsão de leilão no primeiro semestre de 2020.

**b) – Despesas Pagas Antecipadamente – Despesas Antecipadas**

Descrições	Exercícios	
	31/12/19	31/12/18
Assinaturas e Seguros	14	12
Licença de Uso	1.421	2.114
<b>Totais</b>	<b>1.434</b>	<b>2.126</b>

**Nota 8 – PERMANENTE**

Descrições	Exercícios				
	31/12/19		31/12/18		
	Taxa	Custo	Depreciação	VI. Líquido	VI. Líquido
Imóveis de Uso – Terrenos	-	2.422	-	2.422	2.422
Imóveis de Uso – Edificações	4%	1.867	(675)	1.192	1.260
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	728	(495)	233	222
Outras Imobilizações	10%	893	(603)	290	98
Intangível (*)	20%	394	(155)	239	318
<b>Totais</b>		<b>6.304</b>	<b>(1.928)</b>	<b>4.376</b>	<b>4.320</b>

(\*) Intangível – O ativo intangível refere-se a Software adquirido com o objetivo de investimento para modernização e adequação a novas tecnologias e necessidade dos negócios.

**Nota 9 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

Realizam-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e Agência Brasileira de Inovação – FINEP, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios	
BNDES	3,81% a.a.	2 anos/11 meses	31/12/19	31/12/18
<b>Valor das Obrigações</b>			<b>5.876</b>	<b>8.330</b>
Curto Prazo			2.557	2.789
Longo Prazo			3.319	5.541

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios	
FINEP	4,50% a.a.	3 anos/6 meses	31/12/19	31/12/18
<b>Valor das Obrigações</b>			<b>1.019</b>	<b>1.295</b>
Curto Prazo			304	318
Longo Prazo			715	977

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios	
FCO	7,07% a.a.	3anos/5 meses	31/12/19	31/12/18
<b>Valor das Obrigações</b>			<b>29.892</b>	<b>36.847</b>
Curto Prazo			7.110	7.036
Longo Prazo			22.782	29.811

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios	
FUNGETUR	6,9% a.a.	3anos/9meses	31/12/19	31/12/18
<b>Valor das Obrigações</b>			<b>2.000</b>	<b>-</b>
Curto Prazo			2.000	-
Longo Prazo			-	-
<b>Totais</b>			<b>38.787</b>	<b>46.472</b>

**Nota 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Descrições	Exercícios	
	31/12/19	31/12/18
Dividendos e Bonificações à Pagar (Nota 15)	5.700	1.823
<b>Subtotal</b>	<b>5.700</b>	<b>1.823</b>
Fiscos e Previdenciárias	1.013	1.823
Impostos e Contribuições	414	1.049
<b>Subtotal</b>	<b>1.497</b>	<b>1.062</b>
Credores Diversos	3.153	2.079
Dotação p/ Aumento de Capital	316	316
Provisão de Férias e 13 Salários	1.080	1.019
Contingências	757	324
Credores Diversos	3.153	2.079
Obrigações por Aquisição de Bens/Direitos	1.927	2.438
Outras	461	499
<b>Subtotal</b>	<b>7.694</b>	<b>6.675</b>
<b>Totais</b>	<b>14.891</b>	<b>9.560</b>

**Nota 11 – CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social autorizado da GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 173.149.839,97 (cento e setenta e três milhões, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), sendo representado por 173.149.840 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**Nota 12 – DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRAS**

Descrições	Exercícios	
	31/12/2019	31/12/2018
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD	3.760	5.204
Provisão para Desvalorização	90	87
<b>Total</b>	<b>3.850</b>	<b>5.291</b>

**Nota 13 – DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS**

Descrições	2º Semestre de 2019	Exercícios	
		31/12/19	31/12/18
Pessoal (*)	10.761	19.822	17.756
<b>Total de Despesa com Pessoal</b>	<b>10.761</b>	<b>19.822</b>	<b>17.756</b>
Água, Energia e Gás	114	235	274
Aluguéis	68	128	81
Comunicação	69	151	197
Honorários (NOTA 19)	942	1.599	1.455
Manutenção e Conservação	101	234	133
Material de Expediente	11	21	26
Terceiros	460	859	814
Propaganda / Publicidade e Publicações	34	119	133
Técnicos Especializados	877	1.314	587
Vigilância e Segurança	97	207	238
Transportes	96	166	152
Emolumentos Judiciais e Cartorários	237	526	636
Outros	801	1.511	2.012
<b>Total Despesas Administrativas</b>	<b>3.907</b>	<b>7.070</b>	<b>6.738</b>
Despesas Tributárias	18	149	71
<b>Total Despesas Tributárias</b>	<b>18</b>	<b>149</b>	<b>71</b>
<b>Totais</b>	<b>14.686</b>	<b>27.041</b>	<b>24.565</b>

(\*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores.

**Nota 14 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Descrições	2º Semestre de 2019	Exercícios	
		31/12/19	31/12/18
<b>Receitas de Prestação de Serviços</b>			
Adm. de Fundos Públicos (Nota 16)	7.729	14.787	11.865
Outras Taxas	327	624	630
<b>Totais</b>	<b>8.056</b>	<b>15.411</b>	<b>12.495</b>

Descrições	2º Semestre de 2019	Exercícios	
		31/12/19	31/12/18
<b>Outras Receitas</b>			
Recuperação de Cré. Baixados/Prejuízo	5.583	8.297	5.780
Recuperação de Encargos e Despesas	581	1.176	2.890
Rendas de Repasses Interfinanceiros	669	1.179	1.439
Reversão de Provisões Operacionais	35	276	428
Equalizações de Taxas CPR	3.577	6.858	5.760
Outras	231	231	-
<b>Total de outras receitas</b>	<b>10.677</b>	<b>18.017</b>	<b>16.297</b>
<b>Outras Despesas</b>			
COFINS	780	1.532	1.516
PASEP	127	249	246
ISSQN	404	771	624
Amortização do Intangível	39	79	76
Depreciação	89	156	150
Despesas de Repasses Interfinanceiros	535	1.440	2.034
Outras	15	16	134
<b>Totais de outras despesas</b>	<b>1.989</b>	<b>4.243</b>	<b>4.780</b>

**Nota 15 - IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO****15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social****a) Base de tributação**

Descrições	Exercício – até 31/12/19	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Resultado do Período</b>	<b>12.271</b>	<b>12.271</b>
(-) Juros de Capital Próprio	(5.700)	(5.700)
= <b>Resultado ajustado</b>	<b>6.571</b>	<b>6.571</b>
<b>+ Adições</b>		
Provisão para Devedores Duvidosos/2019	6.264	6.264
Operações de Crédito Compensadas em Prejuízo	1.500	1.500
Despesas não Dedutíveis	2.843	2.843
<b>Totais das adições</b>	<b>10.607</b>	<b>10.607</b>
<b>(-) Exclusões</b>		
Provisão para Devedores Duvidosos/2018	(4.726)	(4.726)
Operações de Crédito (maiores que R\$ 30 há mais de 1 ano)	(8.581)	(8.581)
Outras Exclusões	(1.225)	(1.225)
<b>Totais das exclusões</b>	<b>(14.532)</b>	<b>(14.532)</b>
= <b>Lucro Real</b>	<b>2.646</b>	<b>2.646</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>637</b>	<b>397</b>
<b>Realização Líquida de Créditos Tributários</b>	<b>(1.144)</b>	<b>(1.431)</b>

**15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos**

A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro. Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Circular do Banco Central nº 3.171/02. Conforme dispõe a Resolução do CMN de nº 3.059/02, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores atrelados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/19, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis.

Assim sendo, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

**a) Movimentação da conta do ativo no período:**

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
<b>Saldo em 31/12/18</b>	<b>3.723</b>	<b>2.980</b>	<b>6.703</b>
Constituição no exercício	662	397	1.059
Realização no exercício	(1.806)	(1.829)	(3.635)
<b>Saldo em 31/12/19 – Nota 6</b>	<b>2.579</b>	<b>1.548</b>	<b>4.127</b>
Totais a Curto Prazo	956	573	1.529
Totais a Longo Prazo	1.623	975	2.598

**b) Estimativa de realização dos créditos tributários**

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrições	2020		2021	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre
Imposto de Renda	321	634	569	1.054
Contribuição Social	193	381	342	632
<b>Totais</b>	<b>514</b>	<b>1.015</b>	<b>911</b>	<b>1.686</b>

**c) Natureza dos créditos**

Descrições	31/12/2019
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa a Excluir	6.264
Operações de Crédito (até R\$ 15 em risco "H")	(267)
Baixa de Operação de Crédito	1.500
Provisão para Contingências	757
Provisões Administrativas e Imparidade	2.064
<b>Base de cálculo em 31/12/19</b>	<b>10.318</b>
Alíquota de Imposto de Renda	<b>25%</b>
Alíquota de Contribuição Social	<b>15%</b>
Crédito Tributário de Imposto de Renda	2.579
Crédito Tributário de Contribuição Social	1.548
<b>Total dos Créditos Tributários em 31/12/19 – Nota 6</b>	<b>4.127</b>

**d) Classificação contábil dos créditos tributários**

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

**e) Valor presente dos créditos atrelados**

O valor presente dos créditos atrelados, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$ 3.896 (2018 - R\$ 6.335). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

**Nota 16 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos foram calculados na forma de juros sobre o capital próprio, conforme faculta a legislação vigente, em 2019 no montante de R\$5.700 (2018 – R\$ 1.820).

Descrições	Exercícios	
	31/12/19	31/12/18
Lucro do Exercício	8.661	6.977
<b>Destinação - Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>-</b>	<b>1.820</b>
<b>% de Distribuição</b>	<b>-</b>	<b>29,56%</b>
Juros sobre o Capital Próprio por Ação (R\$ por ação)	-	0,0105

A proposta dos Administradores para destinação do resultado inclui a transferência para reserva de expansão do saldo não distribuído.

**Nota 17 – PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar, conforme demonstrados:

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A – GOIÁS FOMENTO**  
**EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ(MF) 03.918.382/0001-25**  
Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP.: 74.005-010  
Goianáia – GO

Prezados Senhores,

**1) Opinião sem Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** (“**GoiásFomento**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** (“**GoiásFomento**”) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**2) Base para Opinião sem Ressalva**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à GoiásFomento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

**3) Ênfase**

**3.1) Eventos Subsequentes:**

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos para os eventos mencionados na nota explicativa nº 26 que passamos a transcrever:

*Considerações a respeito do COVID-19 relativos à área de Riscos da Agência de Fomento de Goiás S.A. A Agência de Fomento de Goiás S.A. por meio da Gerência de Riscos Corporativas - GERIC e sua preocupação com a continuidade dos negócios da instituição e com o efeito futuro de situações adversas ocasionadas por meio de situações externas que pudessem impactar os negócios da instituição levou ao conhecimento da Diretoria Executiva da GoiásFomento a necessidade de aprovação da Política de Gestão de Continuidade de Negócios - PGCN e do Plano de Continuidade de Negócios - PCN. A Diretoria Executiva da GoiásFomento achou prudente levamos os dois documentos para aprovação do Conselho de Administração. Após reunião do Conselho, o PGCN e o PCN foram aprovados.*

**3.2) Provisão para Contingências Judiciais – Resolução nº 1.180/2009**

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que, observando ao que determina a NTG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a **GoiásFomento** efetua provisão com base em avaliação, classificação e qualificação dos riscos com probabilidade de um desfecho desfavorável, considerando-a como perda provável, cujo montante registrado é de R\$ 757.478,67 em 31/12/2019, montante este superior ao valor informado por seus especialistas jurídicos. Para as ações classificadas e qualificadas com perda possível, apenas é mencionado em notas explicativas o quantitativo de 25 ações, as quais deveriam ser divulgadas em Notas Explicativas com os respectivos valores estimados para a perda. Destacamos que a Administração vem buscando o aprimoramento do acompanhamento das ações judiciais, a atual Diretoria optou pela não renovação do contrato de prestação de serviços jurídicos, internalizando e centralizando todas as ações judiciais da GoiásFomento na Gerência de Recuperação de Crédito – GEREC. Em agosto de 2019, foi adquirido um sistema jurídico, denominado DataJur, com o intuito de trazer benefícios como facilidade de acesso, gestão automática de processos, mobilidade, centralização de informações, controle e modernização da rotina.

**4) Principais Assuntos de Auditoria**

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**4.1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 (c), as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 6.264 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco A - H e os percentuais mínimos esperados

de perda definidas pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da GoiásFomento. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

**• Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de A até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela GoiásFomento na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis.

**4.2) Valor recuperável dos Créditos Tributários**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15.2, às demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 4,127 mil cuja realização depende de aprovação de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a GoiásFomento adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**• Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela GoiásFomento em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Como o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de aplicação em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Agência nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

**5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de de a **GOIÁS FOMENTO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **GOIÁS FOMENTO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da GoiásFomento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **GOIÁS FOMENTO**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **GOIÁS FOMENTO** a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

**7) Outros Assuntos**

**7.1) Relatório da Administração**

A administração da **GOIÁS FOMENTO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

**7.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 28 de março de 2019.

Goianáia/GO, 30 de março de 2020

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC/PE 000150/O



**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" GO  
Sócio Sênior – CNAI 1552

**Phillipe de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" GO  
CNAI 4747

**Thomaz de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" GO  
CNAI 4850

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na conformidade do Artigo 163, II a VIII, da Lei 6.404 de 15/12/76, e Artigo 2º, da Circular 3.171 de 30/12/2002 do Banco Central do Brasil, após procederem o exame dos seguintes documentos: Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018; o Estudo Técnico referente ao Crédito Tributário; e da Resolução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE 001/2003, Artigo 10 inciso XVIII alíneas: *a* (irregularidades, ilegitimidades, ilegalidades e atos de gestão antieconômicos apurados no exame das contas e as providências adotadas para o resguardo do interesse público); *b* (resultado das análises verificadas durante o exercício, inclusive quanto ao Relatório de Gestão a que se refere o inciso II deste artigo) e *c* (situação dos administradores perante os cofres da entidade). Conclui que, durante os trabalhos, não encontramos nenhuma irregularidade e julgam que refletem, adequadamente, a situação Patrimonial e Financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.

Goianáia, 14 de fevereiro de 2020

**LUCIANO MACHADO PEREIRA**  
CONSELHEIRO

**ROGÉRIO SANTANA FERREIRA**  
CONSELHEIRO

**THIAGO VINICIUS VIEIRA MIRANDA**  
CONSELHEIRO